

LEI ORDINÁRIA Nº 1.727, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022.

“Lei Orçamentária Anual (LOA) que estima a receita e fixa a despesa do Município de Lajinha, Minas Gerais para o exercício financeiro de 2023.”.

A Câmara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus vereadores aprovou a presente Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Lajinha, para o exercício financeiro de 2023, no montante de **R\$ 93.387.849,00** (Noventa e três milhões, trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e quarenta e nove reais), nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição Federal, compreendendo o orçamento fiscal, referentes aos Poderes do Município, seus fundos e órgãos da Administração.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – abrir Créditos Suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da Despesa Total Fixada no Orçamento do Município, mediante Decreto do Executivo e respeitadas as prescrições constitucionais, e nos termos da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, podendo incluir e/ou criar novas fontes de recursos em cada ação e projeto/atividade, bem como elemento de despesa se necessário, mediante utilização de recursos provenientes de:

a) Anulação parcial ou total de dotações já existentes;

b) Superávit financeiro dos fundos, convênios ou termos congêneres, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;



c) excesso de arrecadação apurado no decorrer do exercício mediante novos convênios ou termos congêneres, novas fontes de receita, aumento da receita prevista, em função de alterações na legislação pertinente;

d) Poderá o Executivo Municipal destinar recursos de uma categoria de programação para outro ou de um órgão para outro.

II – realizar operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município observado os preceitos legais aplicáveis à matéria.

III - utilizar reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023.

Art. 3º Acompanharão a presente Lei os anexos exigidos pela legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei vigorará no Exercício Financeiro de 2023, a partir de 1º de janeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (1º/12/2022).

HUMBERTO CABRAL DA SILVA

Presidente

SANCIONADA PELO PREFEITO MUNICIPAL JOÃO ROSENDO AMBRÓSIO DE MEDEIROS EM 07/12/2022.

